



PARECER DE RELATORIA AO PROJETO DE LEI Nº 602/2024

Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de show gospel em rodeios e exposições agropecuárias no Tocantins.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

RELATOR: Deputado Professor Júnior Geo

I - RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei n.º 602/2024, de autoria da Ilustre Deputada Vanda Monteiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de show gospel em rodeios e exposições agropecuárias no Tocantins

Consoante a justificativa articulada pela parlamentar, a proposição propõe que seja obrigatória a inclusão de show gospel em rodeios e exposições agropecuárias no Tocantins

Argumenta que entre os diferentes atrativos para o público, os shows realizados por artistas locais, regionais ou nacionais, são significativos, razão pela qual, importante se faz incluir entre essas apresentações shows gospel, visando atingir um público ainda maior.

Assinatura manuscrita em azul, localizada na parte inferior da página.



A propositura foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para receber parecer acerca de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 46, I, "a", combinado com o art. 73, I, do Regimento Interno.

É a breve síntese do procedimento, passo à fundamentação.

II – ANÁLISE

No que tange à iniciativa legislativa, a presente propositura não se insere no rol das matérias de competência privativa, conforme delineado no artigo 27, § 1º, da Constituição do Estado. Desta forma, não se vislumbra qualquer impedimento para que qualquer membro do Parlamento exerça a prerrogativa de apresentar projeto de lei sobre o assunto em questão.

Em que pese a relevância da proposição, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 19, inciso I, consagra o princípio da laicidade do Estado, estabelecendo que a União, **os Estados**, o Distrito Federal e os Municípios não podem, em qualquer circunstância, instituir, subvencionar ou manter relações de dependência, ou aliança com cultos religiosos, ou suas representações.

Ao impor a obrigatoriedade de manifestações religiosas de cunho gospel em eventos de natureza pública, a propositura desrespeita o referido princípio, uma vez que promove a vinculação do Estado a uma determinada expressão religiosa, em detrimento da diversidade e pluralidade de crenças que caracteriza a sociedade brasileira.

A adoção de tal medida implicaria na indevida intervenção do Poder Público em questões de fé, o que contraria a neutralidade religiosa assegurada pela Constituição, ferindo, assim, o direito à liberdade de crença e culto de todos os cidadãos



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

III – VOTO

Ante ao exposto, considerando que a Propositura se encontra-se em desarmonia com as diretrizes constitucionais e legais vigentes, voto pelo **ARQUIVAMENTO** do Projeto de Lei n.º 602/2023, de autoria da Deputada Vanda Monteiro.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15 de agosto de 2024.


PROFESSOR JÚNIOR GEO
Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

Concedo Vista ao(a) Deputado(a)
.....refrente ao(a)
..... PL nº 602 / 2024 pelo prazo regimental de horas,
em cumprimento ao disposto no Art.74 do Regimento Interno desta
casa de Leis, na Reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e
Redação.**

Sala das Comissões, às 13 h 06 min, de 10 de Setembro de 2024.


Deputado **NILTON FRANCO**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.